

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

MICHAEL THIAGO LAURINDO DE BARROS

**VIOLÊNCIA LETAL EM RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA DOS
INDICADORES DE CRIMINALIDADE**

PORTO VELHO – RO

2026

MICHAEL THIAGO LAURINDO DE BARROS

**VIOLÊNCIA LETAL EM RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA DOS
INDICADORES DE CRIMINALIDADE**

Artigo científico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso de Gestão Pública, sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo castro Cotinguiba.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Barros, Michael Thiago Laurindo de.
Violência letal em Rondônia: uma abordagem quantitativa dos indicadores de criminalidade / Michael Thiago Laurindo de Barros. - Porto Velho, 2026.
21 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Castro Cotinguiba.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Violência. 2. Homicídio. 3. Rondônia. 4. Porto Velho. 5. Segurança pública. I. Cotinguiba, Geraldo Castro (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

MICHAEL THIAGO LAURINDO DE BARROS

VIOLÊNCIA LETAL EM RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso de Gestão Pública, sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo castro Cotinguiba.

Aprovado em: 15/01/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br JONIMAR DA SILVA SOUZA
Data: 24/02/2026 23:04:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Joao Batista Teixeira de Aguiar

Jonimar da Silva Souza

Geraldo Castro Cotinguiba

VIOLÊNCIA LETAL EM RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE

RESUMO

O presente artigo analisa os indicadores de violência no Brasil, com ênfase na violência letal no estado de Rondônia e no município de Porto Velho. A pesquisa utiliza fontes oficiais (IBGE, FBSP, IPEA, Atlas da Violência) e adota abordagem documental e descritiva, com recorte temporal entre 2013 e 2024. Os resultados apontam que Rondônia apresenta taxas de mortes violentas intencionais superiores à média nacional, com Porto Velho concentrando parcela significativa das ocorrências. Observa-se predominância do uso de armas de fogo e maior incidência entre jovens do sexo masculino. Conclui-se que políticas integradas de prevenção social, controle de armas e inteligência policial são necessárias para redução sustentável dos índices.

Palavras-chave: Violência; Homicídio; Rondônia; Porto Velho; Segurança Pública.

ABSTRACT

This article analyzes violence indicators in Brazil, focusing on lethal violence in the state of Rondônia and the municipality of Porto Velho. The study uses official sources (IBGE, FBSP, IPEA, Atlas of Violence) and adopts a documentary and descriptive approach, covering the period 2013–2024. Results indicate that Rondônia presents rates of intentional violent deaths above the national average, with Porto Velho concentrating a significant share of occurrences. Firearm use predominates and young males are the most affected group. It is concluded that integrated policies on social prevention, arms control, and policing intelligence are required for a sustainable reduction of these rates.

Keywords: Violence; Homicide; Rondônia; Porto Velho; Public Security.

1 INTRODUÇÃO

A violência letal no Brasil configura-se como um fenômeno multifacetado (ou seja, que possui múltiplas causas e dimensões interligadas), resultante de fatores estruturais, institucionais e conjunturais. Entre suas manifestações mais graves estão os homicídios, o feminicídio e outras formas de mortes violentas intencionais (MVI). Embora existam sinais de redução em nível nacional nos últimos anos, a distribuição territorial da violência permanece desigual, com destaque para altas taxas nas regiões Norte e Nordeste (IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Atlas da Violência, 2024/2025).

Este estudo tem por objetivo analisar a incidência da violência letal no estado de Rondônia, com recorte específico no município de Porto Velho, comparando os indicadores regionais com a média nacional. Os objetivos específicos são: (a) caracterizar o perfil demográfico das vítimas; (b) apresentar a evolução temporal das taxas de MVI entre 2013 e 2024; (c) identificar fatores associados à persistência de altas taxas em Rondônia; e (d) propor recomendações técnicas para a formulação de políticas públicas voltadas à prevenção e repressão qualificada.

A justificativa para a pesquisa decorre da necessidade de produzir diagnósticos locais robustos que subsidiem a tomada de decisão no âmbito estadual e municipal. Rondônia, apesar de sua relevância geoespacial na Amazônia, permanece com indicadores que superam a média nacional, tornando-se relevante compreender as dinâmicas locais que alimentam a violência letal.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa documental, de caráter descritivo e comparativo, com ênfase na análise quantitativa de séries históricas. O estudo utiliza dados secundários oficiais referentes às Mortes Violentas Intencionais (MVI), homicídios e feminicídios, abrangendo o período 2013–2024. A escolha desse recorte temporal permite observar tendências de médio e longo prazo, bem como variações recentes.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de comparações temporais (evolução ao longo dos anos) e territoriais (Brasil, estado de Rondônia e município de Porto Velho), utilizando indicadores absolutos e taxas padronizadas (por 100 mil habitantes), quando disponíveis. A seguir, apresenta-se o detalhamento das fontes utilizadas, com indicação do período de referência, nível territorial e tipo de informação coletada.

Tabela 1: Fontes de dados, período e variáveis utilizadas na análise da violência letal

Fonte	Documento / Base	Período analisado	Nível territorial	Variáveis principais
IBGE	Estimativas populacionais e Censos	2013–2024	Brasil, Rondônia, Porto Velho	População residente (base para cálculo de taxas por 100 mil habitantes)
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)	Anuário Brasileiro de Segurança Pública	2013–2024	Brasil e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais (MVI), homicídios e feminicídios
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	Atlas da Violência	2013-2023/2024	Brasil e Unidades da Federação	Homicídios e MVI (valores absolutos e taxas)
DATASUS	Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)	2013–2024	Brasil, Rondônia, Porto Velho	Óbitos por causas externas (CID-10)
SESDEC-RO	Relatórios anuais de segurança pública	2018–2024	Estado de Rondônia	Crimes letais intencionais
Observatório de Segurança Pública de Rondônia	Boletins e relatórios estatísticos	2019–2024	Rondônia e Porto Velho	Homicídios, feminicídios e MVI

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (Estimativas populacionais e Censos), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário Brasileiro de Segurança Pública), IPEA (Atlas da Violência), DATASUS/SIM, SESDEC-RO e Observatório de Segurança Pública de Rondônia.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Caracterização de Rondônia

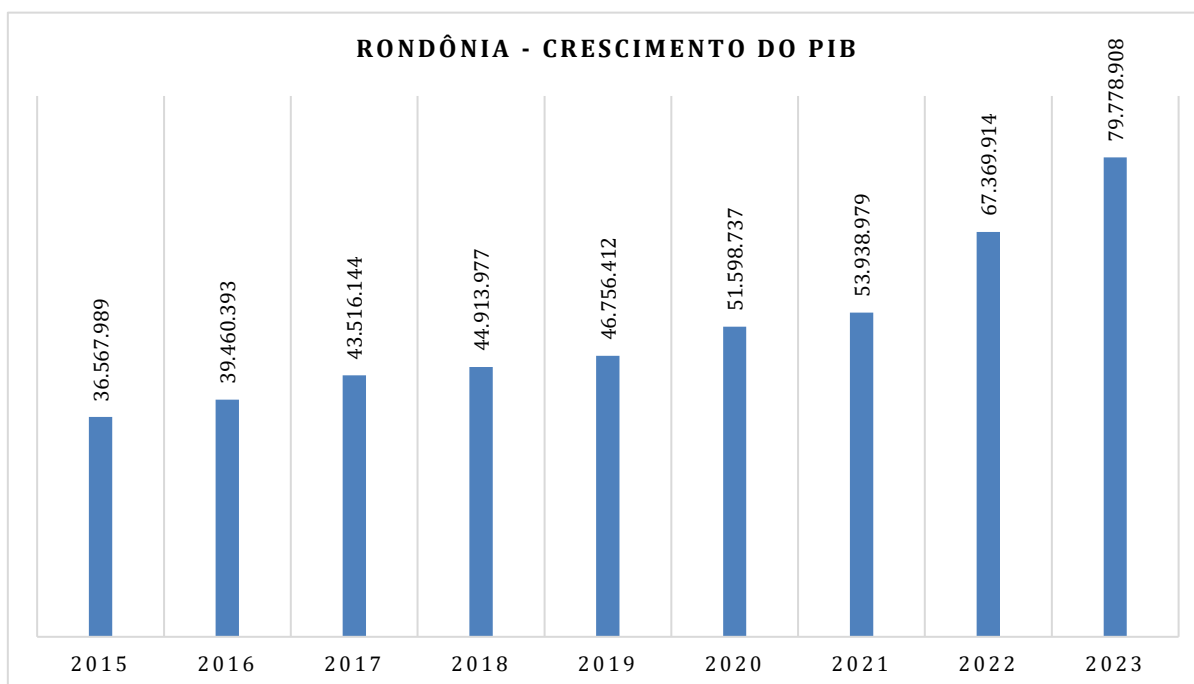
Rondônia é um estado da Amazônia brasileira, localizado na Região Norte do Brasil, apresenta uma área territorial aproximada de 237.754 km² e uma população estimada em 1.581.016 habitantes (IBGE, 2022). O estado caracteriza-se por uma composição demográfica heterogênea, fortemente influenciada por ciclos migratórios históricos, incluindo o extrativismo da borracha no final do século XIX, a expansão agropecuária ao longo do século XX e a imigração (COTINGUIBA e COTINGUIBA,

2015). Então, o primeiro ciclo populacional ocorreu em meados do século XVIII, o que resultou na formação dos primeiros povoados regionais.

Do ponto de vista econômico, Rondônia apresenta uma predominância do setor terciário, com destaque para a agropecuária e a agricultura. A pecuária extensiva, aliada ao cultivo de grãos e produtos agrícolas, constitui a base estrutural da economia local, sendo responsável por grande parte da renda e do emprego rural. Paralelamente, observa-se uma crescente urbanização, concentrando atividades econômicas, comércio e serviços públicos nos principais centros urbanos, em especial Porto Velho, que se configura como polo administrativo, logístico e de prestação de serviços.

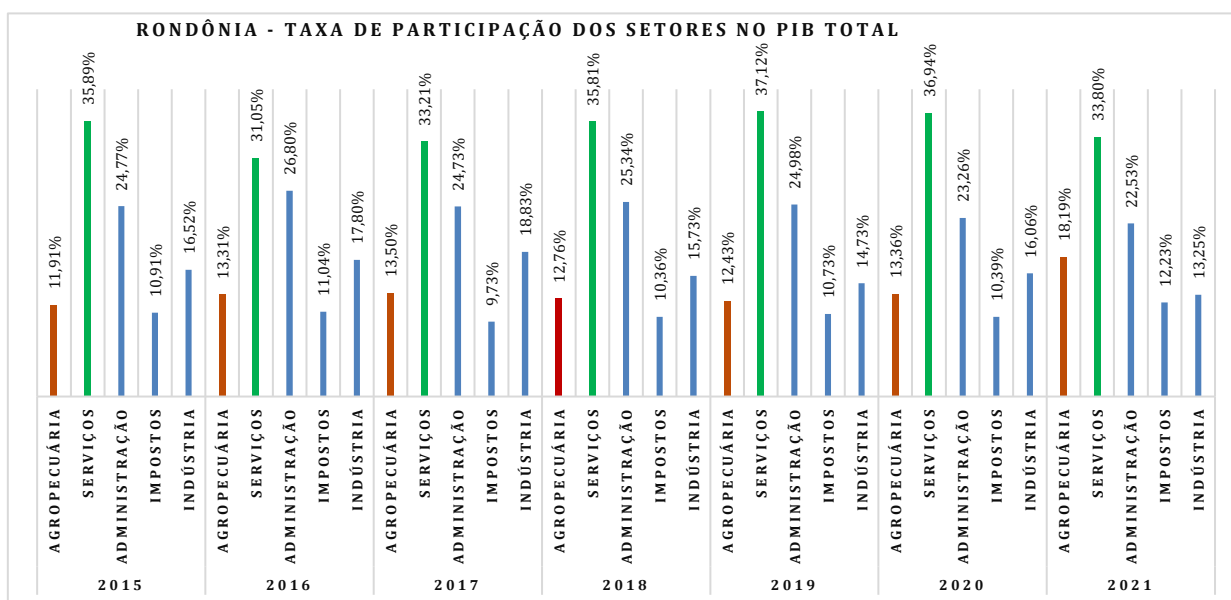
Essa dinâmica econômica e populacional, contudo, gera desafios significativos. A expansão agropecuária, se não planejada, implica impactos socioambientais, como desmatamento, alterações na biodiversidade e pressões sobre comunidades tradicionais e povos indígenas. Além disso, o rápido processo de urbanização demanda planejamento adequado de infraestrutura urbana, habitação, educação e saúde, de modo a atender às demandas de uma população diversificada e em crescimento.

Gráfico 1: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Rondônia (2015–2023)



Fonte: IBGE — Contas Regionais¹

¹ Os dados para os gráficos 1 e 2 foram extraídos do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>) e compilados para este trabalho a partir da somatória do PIB dos 52 municípios.

Gráfico 2 : Participação dos setores econômicos no PIB de Rondônia (2015–2021)

Fonte: IBGE — Contas Regionais

Há uma relativa constância dos setores produtivos e de movimentação econômica nas taxas de participação do PIB de Rondônia. Essa constância mantém uma hierarquia com os seguintes setores, no sentido crescente. Impostos, com uma média de 12%, Agropecuária, com média de 13%, Indústria, média de 15%, Administração, com cerca de 25% e Serviços, com a maior participação, cerca de 35%.

Portanto, a análise do desenvolvimento socioeconômico de Rondônia requer uma abordagem multidimensional, que considere não apenas os indicadores quantitativos de população produção econômica, mas também os fatores históricos, sociais e ambientais que moldam a realidade do estado. Entender essa complexa interação entre migração, economia e urbanização é fundamental para subsidiar políticas públicas efetivas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região.

3.2 Violência no Brasil

O panorama nacional de violência evidencia que as mortes violentas intencionais (MVI) permanecem como um dos principais indicadores da segurança pública no Brasil, refletindo não apenas a gravidade da criminalidade, mas também desigualdades sociais, econômicas e regionais profundas. Em 2023, o país registrou 44.127 MVI, correspondendo a uma taxa de aproximadamente 20,8 mortes por 100 mil habitantes (FBSP, 2024), número que permanece acima de padrões aceitáveis de segurança e alerta para gestores públicos.

A distribuição dessas mortes é marcadamente desigual entre as diferentes regiões do país, com os estados do Norte e Nordeste apresentando taxas mais elevadas, enquanto regiões como Sul e Sudeste registram níveis relativamente menores. Essa disparidade evidencia a influência de fatores estruturais, como desigualdade econômica, acesso desigual a serviços públicos essenciais (educação, saúde e segurança), presença limitada de infraestrutura urbana e histórica fragilidade de políticas de prevenção e repressão à violência.

Além disso, as MVI englobam múltiplas formas de violência, incluindo homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial, refletindo a complexidade e heterogeneidade do fenômeno. A persistência de altas taxas indica que a violência não é apenas um problema criminal, mas também um desafio social, pois envolve diretamente uma parcela da população brasileira a situações multifatoriais como pobreza, desemprego, exclusão social, exposição a organizações criminosas e vulnerabilidade de populações em contextos periféricos ou de fronteira.

Portanto, compreender a dinâmica das MVI no Brasil exige uma abordagem multidimensional, que combine análise estatística rigorosa com compreensão dos determinantes sociais e regionais. Essa perspectiva é fundamental para a formulação de políticas públicas de prevenção e intervenção mais eficazes, direcionadas não apenas à repressão criminal, mas também à redução das desigualdades estruturais que perpetuam a violência.

3.3 Violência em Rondônia

Rondônia apresenta taxas de violência superiores à média nacional, evidenciando um padrão persistente de letalidade. Em 2024, o estado registrou 455 mortes violentas intencionais (MVI), o que corresponde a uma taxa de aproximadamente 28,5 mortes por 100 mil habitantes, superando a média brasileira do período, de 20,8 por 100 mil habitantes (FBSP, 2024).

Os indicadores apontam que o perfil das vítimas é majoritariamente composto por homens jovens, entre 15 e 29 anos, negros e com baixa escolaridade, seguindo a tendência nacional (CERQUEIRA; BUENO, 2024). Essa característica reflete a forte relação entre exclusão social, desigualdade econômica e vulnerabilidade à violência letal, além de uma clara característica de racialização.

O feminicídio é outro problema alarmante no estado. Segundo o *Atlas da Violência 2024* (IPEA 2022; FBSP, 2024), Rondônia figurou entre os três estados com maior taxa proporcional de feminicídios do país, registrando 3,1 casos por 100 mil mulheres, enquanto a média nacional foi de 1,4. Essa taxa indica a presença de violência de gênero estrutural, muitas vezes vinculada à desigualdade de poder e à ausência de políticas de proteção efetivas.

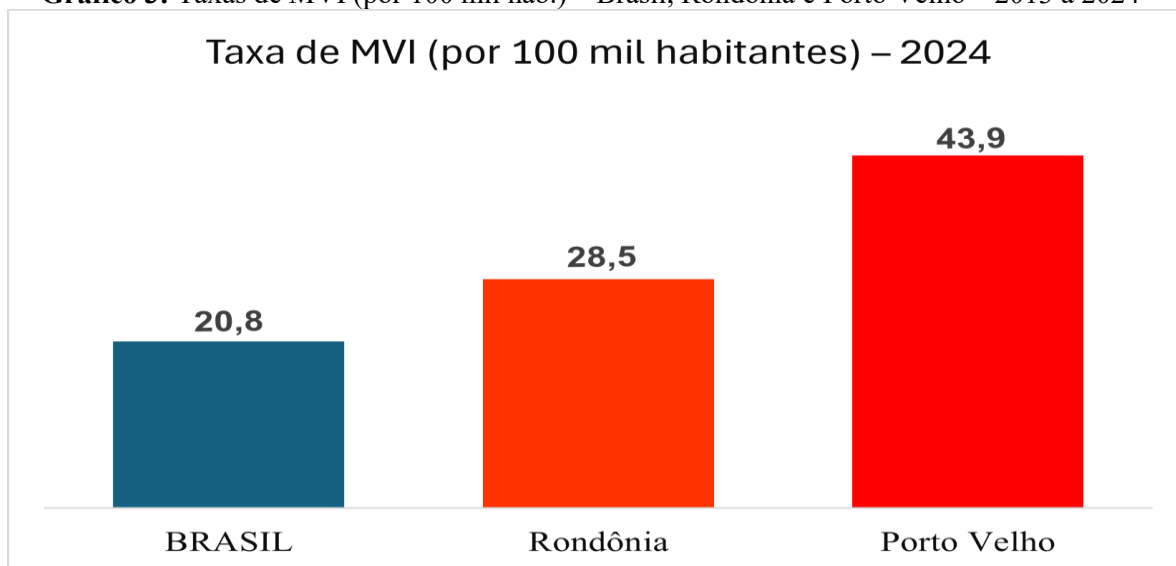
Outro componente relevante da violência letal em Rondônia é a letalidade policial. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) indicam que o estado registrou 41 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2023, correspondendo a 9% do total de Mortes Violentas Intencionais (MVI). Essa proporção supera significativamente a média nacional, estimada em 6,3%, evidenciando um padrão diferenciado de atuação das forças de segurança. Tal cenário sugere a predominância de um modelo de segurança pública fortemente orientado pela lógica repressiva, com limitado investimento em estratégias de prevenção social da violência e inteligência policial, conforme problematiza Adorno (2022). Trata-se, portanto, de uma política pública que atua majoritariamente no enfrentamento dos efeitos imediatos da violência, em detrimento da mitigação estrutural das causas sociais, econômicas e institucionais que a produzem.

Ademais, a posição geográfica estratégica de Rondônia, situada em área de fronteira internacional com a Bolívia, constitui um fator estrutural relevante para a dinâmica da violência letal no estado. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) indicam que regiões de fronteira tendem a apresentar maior exposição a fluxos ilícitos transnacionais, como o tráfico de drogas, armas e o contrabando, os quais, embora não expliquem isoladamente as Mortes Violentas Intencionais (MVI), criam contextos favoráveis à intensificação de conflitos armados e à atuação de organizações criminosas. Essa dinâmica se reflete, de forma mais acentuada, em municípios localizados nos eixos de acesso à fronteira, a exemplo de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que historicamente apresentam taxas de homicídio superiores à média estadual, evidenciando a necessidade de políticas de segurança integradas e cooperação interinstitucional e transfronteiriça.

De acordo com a Secretaria de Justiça de Rondônia (SEJUS-RO, 2024), os municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena concentram cerca de 70% das mortes violentas registradas no estado, demonstrando que a criminalidade está fortemente associada à urbanização e às desigualdades socioespaciais.

Portanto, a violência em Rondônia deve ser compreendida como um fenômeno multicausal e territorialmente concentrado, associado tanto às fragilidades socioeconômicas quanto à ausência de políticas públicas contínuas e articuladas entre os entes federativos.

Gráfico 3: Taxas de MVI (por 100 mil hab.) – Brasil, Rondônia e Porto Velho – 2013 a 2024



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2024)².

A figura acima apresenta a comparação das taxas de mortes violentas intencionais (MVI) entre o Brasil, o estado de Rondônia e o município de Porto Velho, no ano de 2024. Observa-se que o índice nacional é de 20,8 por 100 mil habitantes, enquanto Rondônia apresenta taxa superior (28,5), evidenciando níveis de violência mais elevados em relação à média do país. No entanto, o destaque negativo é Porto Velho, que alcançou 43,9 mortes por 100 mil habitantes — mais que o dobro da média nacional.

3.4 Violência em Porto Velho

Porto Velho evidencia uma forte concentração das ocorrências de violência letal em Rondônia, desempenhando papel central na configuração do quadro estadual. Segundo o Atlas da Violência 2024 (IPEA; FBSP, 2024), a capital registrou uma taxa de homicídios de 47,6 por 100 mil habitantes em 2022, o que a coloca entre as cinco capitais mais violentas do país. Essa taxa é mais que o dobro da média nacional (20,8 por 100 mil) e

² Elaboração própria com base em dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2024) e Secretaria de Justiça de Rondônia (SEJUS-RO, 2024).

reflete um contexto urbano caracterizado por desigualdade socioeconômica, crescimento desordenado e insuficiência de políticas públicas voltadas à prevenção da criminalidade.

Estudos apontam que a violência urbana em Porto Velho está fortemente associada à expansão periférica, à precariedade habitacional e à exclusão social de grupos vulneráveis (CERQUEIRA; BUENO, 2024). A cidade cresceu de forma acelerada nas últimas décadas, impulsionada por obras de infraestrutura e pela migração interna, sem o devido planejamento urbano. Essa expansão gerou áreas de vulnerabilidade social, onde o acesso a serviços públicos, educação e lazer é limitado, ampliando os fatores de risco à criminalidade (IBGE, 2022).

Adicionalmente, observa-se a expansão e a maior capilarização do crime organizado em Porto Velho e em municípios do entorno, fenômeno associado à posição estratégica do estado de Rondônia em rotas do tráfico de drogas e armas, especialmente na conexão com a fronteira boliviana. Facções criminosas de alcance nacional passaram a disputar territórios urbanos periféricos, explorando contextos de vulnerabilidade social, ausência do Estado e precariedade das políticas públicas locais. Essa dinâmica tem intensificado conflitos armados, o controle informal de áreas e a elevação dos índices de crimes violentos letais intencionais, conforme reiteradamente noticiado pela imprensa nacional e regional, que aponta a interiorização das facções e a utilização da região Norte como corredor logístico do narcotráfico e de economias ilícitas.³

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2024), Porto Velho concentra cerca de 38% das mortes violentas do estado, apesar de abrigar apenas 29,48% da população rondoniense. Essa desproporção territorial indica a presença de fenômenos estruturais, como concentração da pobreza, ausência de oportunidades formais de trabalho e expansão de economias ilícitas, especialmente o tráfico de drogas e armas. O município, por sua posição estratégica na fronteira amazônica e por ser cortado por rodovias federais (BR-319 e BR-364), configura-se como rota de escoamento de entorpecentes vindos da Bolívia, contribuindo para o aumento das disputas armadas e homicídios (IPEA, 2024)⁴.

Outro aspecto relevante é a presença de facções criminosas, cuja atuação se intensificou nos últimos anos. O *Monitor da Violência* (G1/UFF/FBSP, 2023) aponta que

³ Exemplos de fontes jornalísticas: reportagens do G1 Rondônia, Folha de S.Paulo e Agência Brasil sobre a atuação de facções criminosas no Norte do país e a disputa por rotas do tráfico em Rondônia. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/ficco-ro-deflagra-operacao-contra-organizacao-criminosa-em-porto-velho>>. Acesso em: 22 Dez. 2025.

⁴ Porto Velho é a única capital de estado no Brasil que faz fronteira com outro país, a Bolívia.

as disputas entre grupos rivais por controle territorial e pelo comércio de drogas são responsáveis por parcela significativa dos homicídios registrados na capital. Essa tendência se acentuou a partir de 2020, acompanhando o padrão observado em outras capitais do Norte, como Manaus e Belém.

Além da criminalidade organizada, Porto Velho apresenta altos índices de feminicídio e violência doméstica. Dados da *Secretaria de Justiça de Rondônia (SEJUS-RO, 2024)* indicam que cerca de 30% dos feminicídios ocorridos no estado em 2023 se concentraram na capital. Esse dado reforça o caráter multifacetado da violência, que afeta diferentes perfis sociais e exige políticas intersetoriais.

Conforme argumenta Adorno (2022), a resposta estatal à violência no Brasil ainda se estrutura de forma predominantemente reativa, com foco em ações de repressão imediata, em detrimento de estratégias de prevenção, educação e inclusão social. No caso de Porto Velho, essa lógica se manifesta na priorização de operações policiais pontuais, sem continuidade de políticas públicas integradas.

Portanto, a análise demonstra que a violência em Porto Velho é resultado de processos estruturais interligados, econômicos, urbanos, sociais e criminais, que se manifestam territorialmente de maneira desigual. A elevada taxa de homicídios, a expansão das facções, a ausência de planejamento urbano e a ineficiência de políticas preventivas compõem um quadro de insegurança sistêmica, cuja reversão demanda planejamento intergovernamental, investimento social e fortalecimento das instituições de segurança pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise comparativa entre o Brasil, Rondônia e o município de Porto Velho evidencia um quadro claro de disparidades regionais em relação à violência letal. Enquanto o país apresenta, em 2024, uma taxa de 20,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, Rondônia mantém índices mais elevados, atingindo 28,5 mortes por 100 mil habitantes. Já Porto Velho apresenta um cenário ainda mais preocupante, com 47,6 mortes por 100 mil habitantes, configurando uma das capitais mais violentas do país.

A comparação das taxas de mortes violentas intencionais entre o Brasil, o estado de Rondônia e o município de Porto Velho no ano de 2024. Os dados evidenciam um gradiente crescente de violência letal à medida que a análise se desloca da escala nacional para a estadual e, sobretudo, para a municipal. Enquanto a taxa nacional situa-se em 20,8

mortes por 100 mil habitantes, Rondônia registra um índice significativamente superior, de 28,5 mortes por 100 mil habitantes. O cenário mais crítico é observado em Porto Velho, cuja taxa atinge 47,6 mortes por 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional e aproximadamente 67% superior à taxa estadual. Esses resultados confirmam a maior exposição da população da capital ao risco de vitimização letal e reforçam a existência de fortes desigualdades territoriais na distribuição da violência.

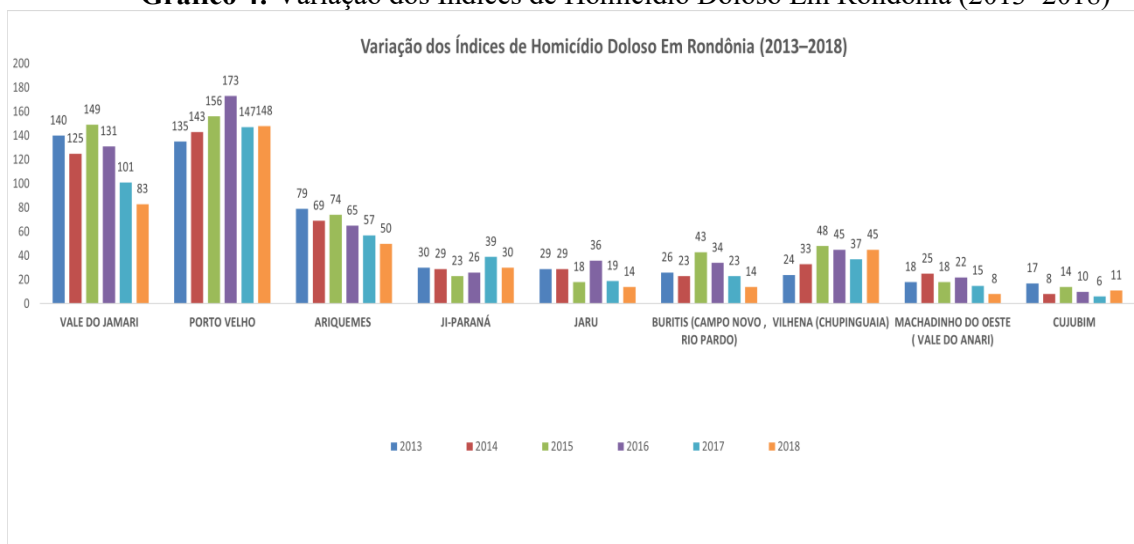
Podemos notar que os dados demonstram um descompasso significativo entre população e violência. Porto Velho concentra 8,5 pontos percentuais a mais de mortes violentas do que sua participação demográfica, indicando que o risco de vitimização letal na capital é substancialmente superior ao do restante do estado.

Observa-se que Porto Velho concentra 29,48% da população estadual, mas responde por 38,0% das mortes violentas intencionais registradas em Rondônia, evidenciando uma sobrerrepresentação da capital na dinâmica da violência letal. Essa discrepância indica que o fenômeno da violência não acompanha de forma proporcional a distribuição populacional, sugerindo a influência de fatores urbanos, socioeconômicos e territoriais específicos.

Esses números comprovam que a violência em Rondônia, e particularmente em sua capital, não é um fenômeno isolado, mas o resultado de fatores estruturais e conjunturais que se acumulam ao longo do tempo. Em Rondônia, observa-se que a violência está relacionada a desigualdades sociais persistentes, crescimento urbano desordenado e limitações no acesso a políticas públicas essenciais, como educação, saúde e emprego. O avanço da criminalidade também é potencializado pela falta de investimentos contínuos em prevenção e controle territorial, o que favorece a expansão de atividades ilícitas em áreas de vulnerabilidade.

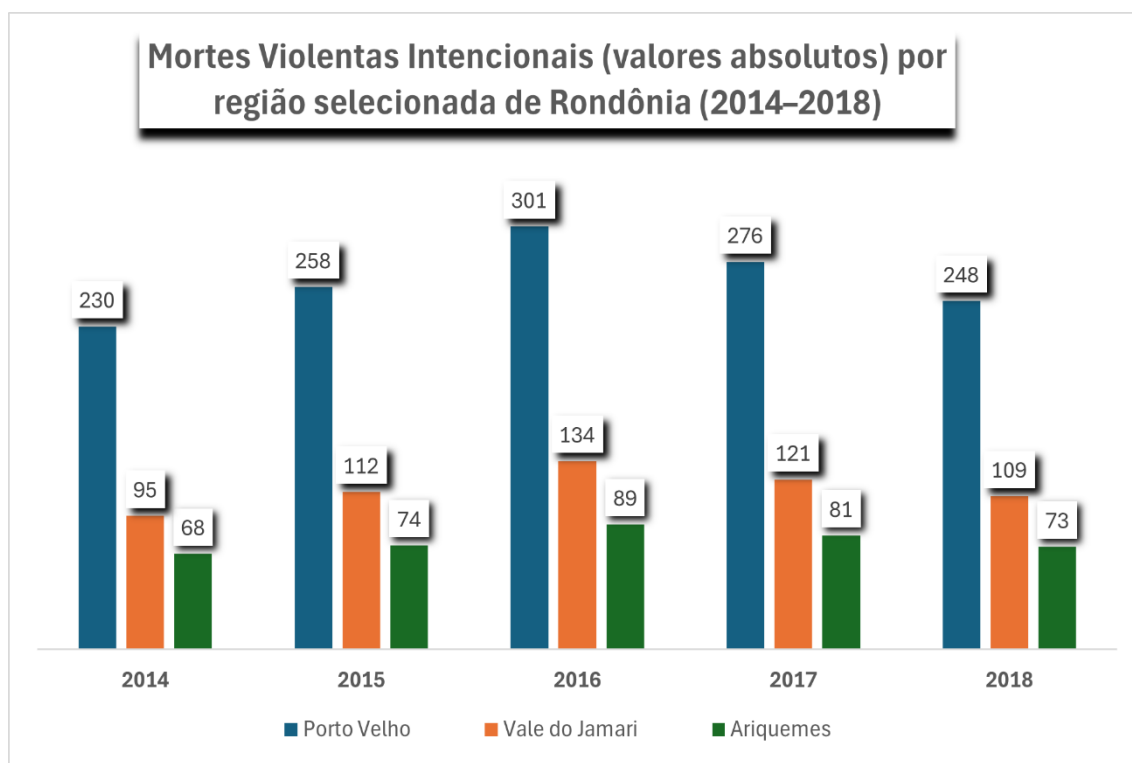
Em Porto Velho, a concentração da violência letal é ainda mais evidente. A capital reúne cerca de 38% de todas as mortes violentas do estado, mesmo concentrando apenas 29,48% da população rondoniense. Esse desequilíbrio demonstra que as dinâmicas urbanas e socioeconômicas da cidade têm um papel determinante na reprodução da violência. As regiões periféricas da capital são as mais atingidas, com índices de homicídios elevados, em grande parte provocados por conflitos ligados ao tráfico de drogas e à disputa por territórios entre facções.

A imagem abaixo, mostra um retrato dos homicídios dolosos entre os anos de 2013 a 2018, em 9 municípios do estado de Rondônia, os dados são preocupantes quando comparados aos com a taxa nacional.

Gráfico 4: Variação dos Índices de Homicídio Doloso Em Rondônia (2013–2018)

Fonte: Sistemas Infopol E Sisdepol De Registro De Ocorrências, elaboração própria de acordo com os dados.

Como podemos notar, o gráfico apresenta a variação dos índices de homicídio doloso em diferentes regiões de Rondônia entre 2013 e 2018, evidenciando padrões importantes para a compreensão da dinâmica da violência letal no estado.

Gráfico 5: Mortes violentas intencionais em Rondônia – série histórica 2014 a 2018

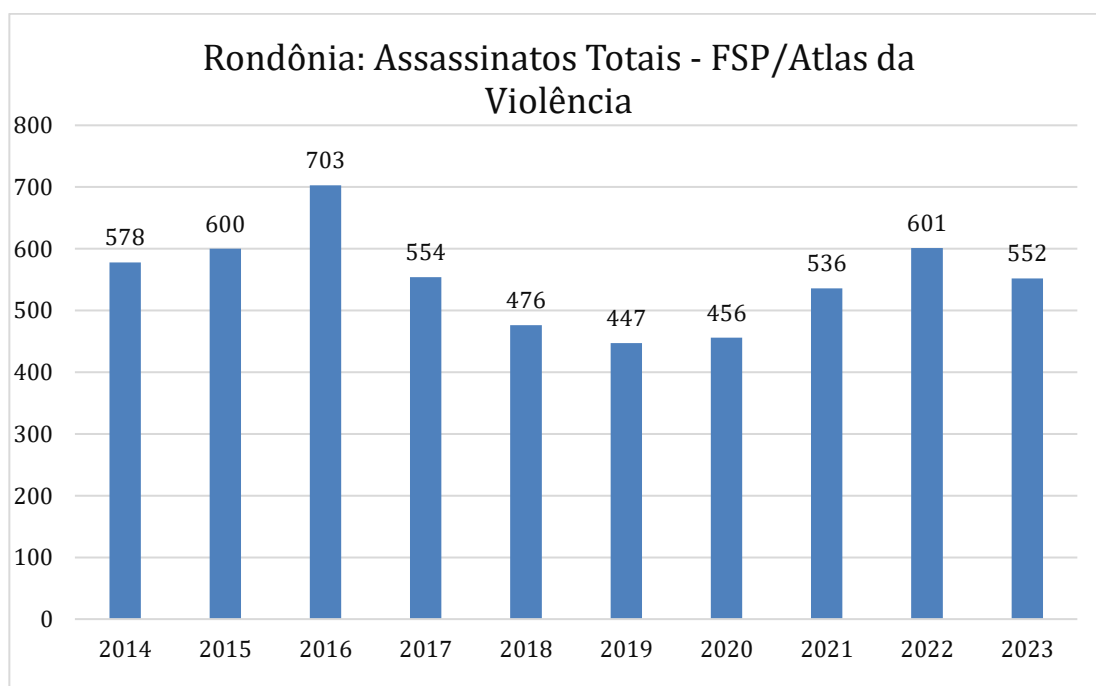
Fonte: Sistemas Infopol E Sisdepol De Registro De Ocorrências, elaboração própria de acordo com os dados.

A figura ilustra a evolução das Mortes Violentas Intencionais (MVI), em números absolutos, nas regiões de Porto Velho, Vale do Jamari e Ariquemes, no estado de Rondônia, entre os anos de 2014 e 2018. Observa-se que Porto Velho apresenta, de forma consistente, os maiores quantitativos de MVI ao longo de toda a série histórica, evidenciando sua centralidade demográfica e socioeconômica no contexto estadual, bem como a maior concentração de dinâmicas associadas à violência letal.

No período analisado, verifica-se uma tendência de crescimento das MVI até o ano de 2016, quando se registra o pico dos indicadores nas três regiões, seguido por um movimento de redução em 2017 e 2018. Esse comportamento sugere a influência de fatores estruturais e conjunturais comuns, possivelmente relacionados a alterações no cenário da segurança pública, no padrão de atuação do crime organizado e em políticas de controle da violência adotadas a partir da segunda metade da década.

Assim, o gráfico contribui para a compreensão comparativa da distribuição espacial e temporal das MVI em Rondônia, servindo de base empírica para análises mais aprofundadas sobre os determinantes da violência e a eficácia das políticas públicas de enfrentamento.

Gráfico 6: Assassinatos totais em Rondônia – série histórica 2014 a 2023



Fonte: Atlas da Violência do Fórum de Segurança Pública

De forma geral, o gráfico evidencia que a distribuição dos homicídios em Rondônia não é homogênea: há forte concentração nas regiões mais populosas e economicamente dinâmicas, bem como no interior, indicando que políticas públicas de segurança devem considerar especificidades territoriais. A leitura dos dados reforça a necessidade de abordagens diferenciadas para regiões críticas, com foco em prevenção, fortalecimento do policiamento e ações sociais integradas.

Outro aspecto relevante é o perfil das vítimas. Em sua maioria, são jovens do sexo masculino, entre 18 e 29 anos, com baixa escolaridade e residentes em áreas periféricas. Esse dado demonstra que a violência em Rondônia possui características estruturais de exclusão, em que o jovem vulnerável acaba sendo simultaneamente vítima e, muitas vezes, agente da criminalidade, por falta de alternativas sociais e econômicas.

Além disso, o uso de armas de fogo permanece como o principal meio empregado nas mortes violentas. Estimativas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que mais de 70% dos homicídios ocorridos em Rondônia envolvem esse tipo de arma. Isso reforça a necessidade de políticas mais rigorosas de controle e fiscalização do armamento, especialmente em um estado que faz fronteira com a Bolívia e é frequentemente utilizado como rota de tráfico e contrabando. Nesse contexto, os dados também permitem uma leitura crítica acerca de políticas mais permissivas de acesso e circulação de armas de fogo. A elevada proporção de homicídios cometidos com esse tipo de armamento indica que a maior disponibilidade de armas tende a potencializar conflitos interpessoais e a letalidade da violência. Em estados de fronteira, como Rondônia, essa problemática é agravada pela fragilidade do controle fronteiriço, pela circulação transnacional de armas e pela atuação de rotas de tráfico e contrabando, o que reduz a efetividade de políticas de flexibilização e reforça a necessidade de estratégias mais rigorosas de controle, fiscalização e rastreamento do armamento.

No que diz respeito às ações estatais, percebe-se que, embora existam iniciativas pontuais de combate à violência, como operações policiais e programas de reintegração de apenados, falta continuidade e integração entre as políticas públicas. A ausência de um sistema de segurança articulado entre os níveis municipal e estadual, somada à carência de políticas preventivas voltadas à juventude, compromete a efetividade dos resultados.

Em termos comparativos, o Brasil apresentou uma redução gradual das taxas de homicídio após 2018, reflexo de políticas federais de controle e do fortalecimento de bancos de dados integrados. No entanto, Rondônia e Porto Velho não acompanharam essa

tendência de forma proporcional, o que indica fragilidades institucionais locais e a falta de monitoramento permanente dos indicadores de criminalidade.

Outro ponto relevante é que a urbanização acelerada de Porto Velho, sem o devido planejamento urbano e social, gerou áreas de vulnerabilidade concentradas, especialmente nas zonas sul e leste da cidade. Essas regiões reúnem altos índices de desemprego, evasão escolar e precariedade de serviços públicos, criando um ambiente favorável ao avanço da criminalidade e à consolidação de facções.

A análise geral dos dados permite concluir que o quadro de violência em Rondônia e, de forma mais acentuada, em Porto Velho resulta de uma combinação de fatores sociais, econômicos, institucionais e territoriais, que se retroalimentam e reforçam o ciclo de insegurança pública. A solução, portanto, não está apenas na repressão, mas na implementação de políticas públicas intersetoriais, que envolvam a educação, a geração de renda, o fortalecimento das instituições de segurança e o acompanhamento das populações em situação de risco.

Assim, os resultados demonstram que o enfrentamento efetivo da violência letal em Rondônia e em Porto Velho exige uma abordagem multidimensional e contínua, baseada na prevenção social, no fortalecimento da inteligência policial, no controle de armas e na inclusão cidadã. O monitoramento constante dos indicadores deve ser prioridade, pois apenas com dados precisos e atualizados é possível avaliar o impacto das ações e construir estratégias sustentáveis de segurança pública.

Esses números demonstram a concentração da violência letal na capital rondoniense e revelam a influência de fatores estruturais, como desigualdade social, presença de organizações criminosas e fragilidade das políticas públicas de prevenção. A diferença acentuada entre as três esferas analisadas reforça a necessidade de estratégias locais específicas de enfrentamento à criminalidade e de políticas integradas de segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estado de Rondônia e, em especial, o município de Porto Velho, mantêm índices de violência letal persistentemente superiores à média nacional, evidenciando um quadro complexo que demanda respostas integradas e sustentadas. Essa realidade não pode ser compreendida apenas sob a ótica repressiva, mas deve ser analisada como resultado de fatores estruturais, socioeconômicos, institucionais e culturais, que, combinados, potencializam a vulnerabilidade social e a incidência de crimes violentos.

A análise empírica demonstrou que Porto Velho se consolidou como o principal núcleo de concentração da violência letal em Rondônia, apresentando taxas de Mortes Violentas Intencionais significativamente superiores às médias estadual e nacional. Esse padrão confirma o que Cerqueira e Bueno (2024) apontam no *Atlas da Violência: a letalidade no Brasil* apresenta forte desigualdade territorial, sendo mais intensa em contextos marcados por vulnerabilidade social, desigualdade econômica e presença de mercados ilícitos consolidados.

A sobrerrepresentação de Porto Velho nos indicadores estaduais — concentrando cerca de 38% das mortes violentas com menos de um terço da população — evidencia um fenômeno estrutural de territorialização da violência. Conforme argumenta Cano (2024), a violência letal tende a se concentrar em “hot spots urbanos”, onde coexistem fragilidade institucional, baixa oferta de políticas públicas e disputas criminais organizadas. Esse diagnóstico se aplica diretamente à capital rondoniense, especialmente nas zonas periféricas com maior precariedade socioeconômica.

Sob a perspectiva sociológica, Adorno (2022) sustenta que o modelo brasileiro de segurança pública historicamente privilegia respostas reativas e repressivas, com foco na contenção imediata do crime, em detrimento de políticas estruturais de prevenção. Em Porto Velho, essa lógica se materializa na predominância de operações policiais episódicas, que não alteram de forma consistente os determinantes sociais da violência. Tal padrão reforça a ideia de que a repressão isolada não é suficiente para reduzir taxas estruturais de homicídio.

Além disso, a forte incidência de jovens do sexo masculino como principais vítimas corrobora as análises de Waiselfisz (2023), que identificam a juventude periférica como grupo de maior exposição ao risco letal no Brasil. Esse fenômeno não decorre apenas de fatores individuais, mas de processos históricos de exclusão social e desigualdade estrutural, como também discute Jessé Souza (2023), ao abordar a reprodução intergeracional da marginalização socioeconômica.

Outro elemento central é a predominância do uso de armas de fogo, responsável por mais de 70% dos homicídios no estado. Estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) e da UNODC (2023) indicam correlação consistente entre maior circulação de armas e aumento da letalidade dos conflitos interpessoais e criminais. Em estados de fronteira, como Rondônia, essa problemática é agravada pela circulação transnacional de armamentos, conforme apontado pelo IPEA (2024), o que amplia a complexidade do controle estatal.

A atuação de facções criminosas em rotas estratégicas de tráfico reforça a interpretação de Zaluar (2022), segundo a qual a consolidação de mercados ilícitos cria uma governança paralela em territórios vulneráveis, intensificando disputas armadas e elevando os índices de homicídio. Porto Velho, por sua localização geopolítica e integração logística com rodovias federais, insere-se nesse contexto de circulação de drogas e armas, o que contribui para a intensificação dos conflitos urbanos.

Do ponto de vista institucional, a persistência de taxas elevadas indica limitações na capacidade de coordenação entre os níveis municipal, estadual e federal. Como argumenta Cano (2024), políticas eficazes de redução de homicídios exigem integração de dados, continuidade administrativa e planejamento estratégico de longo prazo, elementos ainda incipientes na realidade local.

Portanto, conclui-se que a violência letal em Porto Velho não é fenômeno isolado nem meramente conjuntural, mas resultado de uma combinação de fatores estruturais: desigualdade socioeconômica, urbanização desordenada, presença de mercados ilícitos, fragilidades institucionais e circulação de armas de fogo. A literatura especializada converge ao afirmar que a redução sustentável da violência depende da articulação entre repressão qualificada, prevenção social e governança baseada em evidências (CERQUEIRA; BUENO, 2024; CANO, 2024; ADORNO, 2022).

Assim, o enfrentamento da violência na capital rondoniense exige a consolidação de uma política pública de caráter permanente, sustentada por monitoramento contínuo de indicadores, fortalecimento da inteligência policial, políticas focalizadas na juventude vulnerável e estratégias integradas de desenvolvimento urbano e inclusão social. Somente mediante uma abordagem intersetorial e orientada por evidências empíricas será possível romper o ciclo de concentração territorial da violência e promover maior segurança pública em Porto Velho.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Violência e sistema de justiça no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 2022.

Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA, 2024.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

CANO, Ignacio. **Homicídios no Brasil: determinantes e desafios das políticas de prevenção**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

COTINGUIBA, M. L. P., & COTINGUIBA, G. C. (2015). **Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI**. Revista Territórios E Fronteiras, 8 (2), 45–65.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência e desigualdade no Brasil: relatório especial**. São Paulo: FBSP, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo demográfico 2022: Rondônia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

G1. Universidade Federal Fluminense. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Monitor da violência: relatório nacional 2023**. Rio de Janeiro, 2023.

Secretaria de Justiça De Rondônia. **Relatório estatístico de segurança pública do Estado de Rondônia – 2024**. Porto Velho: SEJUS-RO, 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2023.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2023.

ZALUAR, Alba. **Violência, crime e política pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.